

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu no Auditório do edifício-sede da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Lourosa, em sessão ordinária, para que, em cumprimento com a convocatória, atempadamente, remetida a todos os seus membros e acompanhada de uma cópia da ata da Assembleia anterior e demais documentos que se anexam, se pudesse apreciar e deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

UM - Intervenção do Público; \_\_\_\_\_

DOIS - Leitura e aprovação das atas das duas últimas Assembleias ordinárias; \_\_\_\_\_

TRÊS - Apresentação do relatório financeira e da atividade da Junta para o trimestre de setembro, outubro e novembro de 2015; \_\_\_\_\_

QUATRO - Apresentação, discussão e aprovação das taxas e licenças para dois mil e dezasseis; \_\_\_\_\_

CINCO - Apresentação, discussão e aprovação da proposta de Orçamento Participativo; \_\_\_\_\_

SEIS - Apresentação, discussão e aprovação do Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimento e Orçamento de dois mil e dezasseis; \_\_\_\_\_

SETE - Apresentação, discussão e aprovação do Regulamento do Cemitério e da Capela Mortuária; \_\_\_\_\_

OITO - Outros assuntos de interesse para a Freguesia. \_\_\_\_\_

—A Assembleia foi presidida pelo Presidente da Assembleia, Vitor Manuel Prata de Oliveira e secretariada por Mónica Dias Ferreira. No período antes da Ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia informou os presentes sobre os provimentos de vagas justificadas pelas ausências dos deputados e os pedidos de substituições endereçados a este órgão social, e que se encontram anexas a esta ata. Deste modo, faltaram à reunião os seguintes Membros: \_\_\_\_\_

— Do Partido Social Democrata (PSD), Joaquim Alves Amorim, substituído por Hélder José Gomes Ferreira; Maria Teresa Silva Oliveira, substituída por Carlos Alberto Cardoso Garcez, e Marcia Cristina Fontes Pereira Almeida Lamas, substituída por Carlos Eduardo Soares de Seixas; \_\_\_\_\_

— Do Partido Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), Joaquim Sá Cardoso, substituído por Joaquim Pinto da Rocha; \_\_\_\_\_

—De forma a completar a mesa de Assembleia e na sequência da ausência da Segunda Secretária, Maria Teresa Silva Oliveira, convidou o Presidente da Mesa da Assembleia o deputado Hélder José Gomes Ferreira a assumir esta função para este órgão social durante este ato ordinário. \_\_\_\_\_

—Uma vez regularizada a constituição da Mesa e Assembleia de freguesia, o Presidente da Assembleia, Victor Manuel Prata de Oliveira deu continuidade a Ordem de Trabalhos, introduzindo o primeiro ponto, intervenção do público. \_\_\_\_\_

—— Como em cumprimento do ponto UM da Ordem de Trabalhos , não se inscreveu ninguém da assistência, a Assembleia passou de seguida para ponto DOIS da Ordem de Trabalhos: leitura e aprovação das atas das duas últimas Assembleias ordinárias, no âmbito do qual o Sr. Presidente da Mesa sugeriu que se dispensasse a leitura das mesmas uma vez que todos os Membros da Assembleia já tinham as atas em sua posse desde a convocatória da Assembleia. Como nenhum membro se opôs , passou-se de imediato à votação da ata cento e noventa e um, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros presentes. \_\_\_\_\_

——Colocada à votação a ata cento e noventa e dois , e não tendo havido contagem e escrutínio da mesma, o Sr. Presidente da Assembleia foi interpelado pelo elemento da bancada do Partido Socialista (daqui para a frente designado neste registo descritivo e literário pela sigla PS), Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa que sugeriu que a ata cento e noventa e dois fosse sujeita a correções, uma vez que a mesma continha falhas e deturpações de conteúdo, bem como, incumprimento das normas de redação documental. Finda a sua intervenção, tomou a palavra o elemento da bancada do PS, Sr.<sup>a</sup> Odília Conceição Pinho que exemplificou a natureza das correções, explicando que ao longo da ata um mesmo deputado via o seu nome apresentado de várias formas. Continuou a sua intervenção referindo-se a ausência de transcrições de discurso direto empregue por membros da Assembleia e as regras de utilização das mesmas, no caso do mesmo ser feito. Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia que na sequência das interpelações feitas sugeriu que fosse adiado a votação da ata cento e noventa e dois para a próxima sessão ordinária. Pediu, também, que lhe fizessem chegar as alterações que os deputados considerassem oportunas para fazer a correção do documento. \_\_\_\_\_

——Solicitou a sua intervenção o Sr. Januário Tiago Fontes de Sá, membro eleito pelo Partido Social Democrata (daqui para a frente designado neste registo descritivo e literário pela sigla PSD), que pediu esclarecimentos sobre a ata sujeita a votação e objeto de reparo. Respondido pelo Sr. Presidente da Assembleia que se tratava da ata cento e noventa e dois, entendeu este deputado esclarecer, que no seu entender, já teria havido votação da mesma, motivo pelo qual, este ponto não devia ser retirado. Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para esclarecer, novamente, que houve um período de votação relativo a ata cento e noventa e um e não houve finalização da votação da ata cento e noventa e dois, acrescentado que caso fosse oportuno poderia ouvir-se a gravação da Assembleia, a fim de esclarecer as dúvidas. Tomou a palavra novamente o deputado Januário Tiago Fontes de Sá, deputado eleito pelo PSD, que referiu que estando aberto um pedido de votação, não deveria ser aproveitado o mesmo para um debate, pelo que não restava, no entender deste deputado, outra solução senão votar e no final da votação fazer uma declaração de voto. Finalizada a sua intervenção tomou a palavra o deputado eleito pelo PS, Sr. Virgílio Silva Ribeiro que relembrou que a atuação sugerida para a ata cento noventa e dois foi a mesma utilizada

para cento e noventa e um, que contendo erros foi sujeita a melhoramentos e posterior votação em nova sessão ordinária. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terminadas as interpelações feitas a propósito da ata cento e noventa e dois, tomou a palavra o Sr. Presidente de Assembleia que sugeriu à Assembleia presente que se colocasse à votação a retirada da aprovação da ata cento e noventa e dois, fazendo recolha das sugestões de melhoria de redação da mesma, sendo a versão do novo documento apresentado na próxima reunião da Assembleia de Freguesia. Colocado a votação, este foi aprovado por seis votos a favor e sete abstenções. Finda a votação tomou a palavra o deputado eleito pelo PSD, Sr. Carlos Alberto Cardoso Garcez que informou não ter sido esclarecido sobre os motivos que conduziram a retirada da votação ata cento e noventa e dois da Ordem de trabalhos, motivo pelo qual apresentou o seu voto de abstenção. Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Vítor Manuel Prata de Oliveira que sugeriu que o Executivo da Junta de Freguesia ficasse mandatada para fazer as correções das atas, uma vez que nem todos os elementos da Assembleia terão competência para uma redação em "bom português" deste documento. Terminou informando que, no seu entender, a ata deverá ser um retrato fiel do desenvolvimento da sessão de Assembleia, sendo que alguns erros são de impressão. Quando os erros desvirtuam o conteúdo da sessão então, estes deverão ser corrigidos, caso contrário, tratando-se de pequenos erros ortográficos por incoerência, estes não deverão ser valorizados, sob pena de cair num preciosismo tal que se torne necessário contratar um professor de português habilitado para a redação da ata. Pediu a palavra o deputado Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa, que referiu que a ata deve ser um retrato fiel da Assembleia havendo regras próprias para a redação deste documento e exemplificou a não utilização da regra de escrita para os nomes dos intervenientes. De seguida, pediu a palavra o Sr. Januário Tiago Fontes de Sá, deputado eleito pelo PSD, para esclarecer que na ata cento e noventa e um a bancada solicitou a alteração da ata, uma vez que havia falhas no conteúdo. Finalizou este ponto de Ordem de Trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia lembrando aos presentes que a ata cento e noventa e dois foi retirada e sujeita as alterações necessárias para que possa cumprir o rigor exigido e ser apresentada na próxima sessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em cumprimento do ponto TRÊS da Ordem de Trabalhos: apresentação do relatório financeira e da atividade da Junta para o trimestre de setembro, outubro e novembro de 2015, o Sr. Presidente da Mesa sugeriu que, uma vez mais, se dispensasse a leitura dos documentos designados por: Fluxos de caixa-setembro, outubro e novembro; Fluxos de caixa de janeiro a novembro (inclusive) e resumo de atividades referente a setembro, outubro e novembro de 2015, cujo teor se encontra totalmente expresso e reproduzido na íntegra na área de anexos (Anexo número um), tendo em conta que todos os membros da Assembleia já tinham em sua posse desde a sua convocatória. Reunida a unanimidade sobre a dispensa da leitura do documento, e ainda na posse da palavra, questionou os presentes, tendo em conta a economia

de tempo que este ato ordinário exigia, e se existia alguma dúvida que os membros da Assembleia gostassem de ver esclarecida. \_\_\_\_\_

—Neste sentido deu a palavra ao deputado eleito pelo PS, Sr. Virgílio Silva Ribeiro, que remetendo-se para a primeira página do relatório de atividade da Junta referente a setembro, outubro e novembro de 2015, mais concretamente ao campo, Administração Geral, questionou sobre a que o tipo de equipamento informático de pequeno porte e de projeção; bem como o equipamento básico de aquecimento, não descrito neste documento. Continuou a sua intervenção fazendo um reparo ao mesmo documento, referindo que neste faltou acrescentar duas atividades organizadas pela Junta: o apoio às eleições e acompanhamento à poda das árvores da avenida de Lourosa. Finalizou a sua intervenção tecendo um comentário relativo ao grau de execução de cada tarefa/atividade que não se fazia constar no documento, considerado por este como um elemento importante para o conhecimento da executabilidade das diferentes atividades entre trimestres. \_\_\_\_\_

—Finalizada a intervenção do membro do PS, o Presidente da Assembleia concedeu o direito de resposta ao Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Armando Teixeira. Tomando a palavra, cumprimentou protocolarmente os membros da Assembleia presentes e congratulou, também, todos os cidadãos que se encontravam presentes nesta sessão da Assembleia de Freguesia. \_\_\_\_\_

—Relativamente à questão apresentada pelo deputado, Sr. Virgílio Silva Ribeiro, informou que o item "equipamento informático de pequeno porte e de projeção" diz respeito ao projetor existente na sala de formação do espaço CASA, e que o item equipamento básico de aquecimento diz respeito a um aquecedor e a um desumidificador. Acrescentou ainda, que apesar de existirem salas do edifício fórum da Junta equipadas com sistema de ar condicionado, esta realidade não se estende à totalidade do edifício, motivo pelo qual, o executivo da Junta pondera apresentar no futuro uma candidatura que possa vir a permitir o apetrechamento deste edifício com este equipamento. \_\_\_\_\_

—Esclareceu que as podas da avenida de Lourosa ocorreram durante o mês de dezembro, motivo pelo qual não está presente no documento que sintetiza a atividade da Junta, uma vez que este se estende até ao mês de novembro. Reconheceu o lapso, na falta da atividade "apoio às eleições" no mesmo documento. Terminou a sua intervenção referindo que a apresentação do grau de execução das atividades no documento é facultativa, sendo esta uma prática utilizada por outras Juntas e que foi objeto de um pedido de aconselhamento jurídico que expressava este direito de escolha sem prejuízo do cumprimento da lei. \_\_\_\_\_

—Finalizadas as intervenções votivas ao ponto TRÊS da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Presidente da mesa de Assembleia que direcionou os trabalhos para o QUARTO ponto da Ordem do dia "Apresentação, discussão e aprovação das taxas e licenças para dois mil e dezasseis". Dentro deste, questionou mais uma vez os membros presentes sobre a dispensa da apresentação e leitura do documento,

3

relembrando, mais uma vez que, todos os Membros da Assembleia já tinham em sua posse desde a convocatória da Assembleia o documento designado por "tabela de taxas dois mil e dezasseis" cujo teor se encontra totalmente expresso e reproduzido na íntegra na área de anexos (Anexo número dois) . Reunida a unanimidade sobre a dispensa da leitura do documento, deu a palavra ao Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Armando Teixeira que prestou um esclarecimento genérico sobre a tabela de taxas para o ano de dois mil e dezasseis, mencionando que o mesmo resultou das sugestões apresentadas pelos membros da bancada do PS, das atualizações e dos parâmetros normativos exigidos, nomeadamente nas taxas de felinos e canídeos; tornando o seu documento mais abrangente, mais completo e mais correto.

-----Terminada a sua intervenção, tomou a palavra o Presidente da mesa de Assembleia , abrindo desta forma espaço para a discussão sobre o ponto QUATRO da Ordem de Trabalhos, para a qual se inscreveu o deputado eleito pelo PS, Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa, que tomou a palavra de imediato. -----

----- Após iniciar a sua intervenção cumprimentando o Presidente da Assembleia, aproveitou o uso da palavra para mencionar alguns reparos sobre proposta de tabela de taxas para dois mil e dezasseis apresentada pelo executivo. Assim, salientou este deputado que a proposta apresentada deve conter um preço bem definido, o que não acontece na listagem dos preços das sepulturas com fundações. A utilização do auditório por parte de associações culturais e desportivas locais tem um custo de vinte euros, não estando listado o custo para as associações culturais e desportivas não locais. Finalizou a sua intervenção referindo que as taxas de licença de canídeos e felinos, não representam a intenção da Portaria n.º 421/2004 de 24 de Abril, dado que as licenças devem variar de acordo com a categoria do animal e devem estar indexadas à taxa e profilaxia médica. Detalhou este deputado, considerar injusto o motivo pelo qual é atribuído o mesmo valor de taxa para os cães de companhia, com fins económicos e de caça; e referiu, ainda, não compreender a definição do valor da taxa implícita na para cão potencialmente perigoso e cão perigoso.

-----Finalizada a intervenção do membro do PS, o Presidente da Assembleia concedeu o direito de resposta ao Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Armando Teixeira, que considerou já estar esgotado o debate sobre a definição de "cão perigoso" e "cão potencialmente perigoso", sendo que o presente documento se encontra dentro do previsto por lei e o dispositivo normativo disponível. -----

-----Não se sentindo esclarecido, o Presidente da mesa de Assembleia concedeu novamente a palavra ao deputado do PS que informou que a lei é clara quanto a definição de cão perigoso e cão potencialmente perigoso, pelo que continuou a defender uma diferenciação destas taxas uma vez que a diferenciação é significativa.

-----Retomando o direito de resposta, tomou a palavra o Sr. Armando Teixeira e a Sr.ª Catarina Irene

Pimentel Pereira (Vogal do Executivo da Junta de Freguesia) que questionaram o deputado sobre o enquadramento da lei da obrigatoriedade desta distinção, explicando que o documento expressa a diferenciação expressa na lei, conforme esta obriga, havendo outras questões de direito opcional. —————

—————Nesta ocasião tomou a palavra o Presidente da Assembleia, Sr. Vítor Manuel Prata de Oliveira, que encerrou a discussão e deu início ao período de votação da tabela de taxas e licenças para dois mil e dezasseis, sendo este APROVADO com oito votos a favor e cinco votos contra. —————

—————Finalizado o ponto QUATRO da Ordem de Trabalhos para este dia , o Sr. Presidente de Assembleia providenciou o avanço da sessão abrindo os trabalhos votivos ao ponto CINCO da Ordem do dia "Apresentação, discussão e aprovação da proposta de Orçamento Participativo". —————

————— Dentro deste, questionou mais uma vez os membros presentes sobre a dispensa da apresentação e leitura do documento cujo teor se encontra totalmente expresso e reproduzido na íntegra na área de anexos (Anexo número três), lembrando, mais uma vez que, todos os Membros da Assembleia já tinham o documento em sua posse desde a convocatória desta sessão. —————

—————Reunida a unanimidade sobre a dispensa da leitura do documento, deu a palavra ao Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, Sr. Armando Teixeira que esclareceu que o orçamento participativo faz parte do orçamento previsto para o ano de dois mil e dezasseis e que de resto, o documento que se apresentou à discussão e votação estava consistente com os pressupostos expostos na lei. —————

—————Devolvida a palavra aos membros da Assembleia de Freguesia mostrou interesse na discussão o deputado eleito pelo PS, Sr. Licínio Oliveira Alves que se inscreveu para o efeito. Tomando a palavra , informou este, sobre o seu descontentamento, pelo facto da proposta para as normas de funcionamento do orçamento participativo não terem contado com a auscultação desta bancada sobre esta matéria, tendo este grupo parlamentar apresentado na última Assembleia um documento base de trabalho. Continuou a sua intervenção, referindo, que o documento apresentado não apresenta o valor base da iniciativa e não identifica a composição do júri (não devendo ser o executivo, na opinião deste deputado). Prosseguiu dizendo, que a implementação de uma única proposta poderia ser uma medida redutora, dado que a proposta vencedora pode não utilizar a totalidade da dotação orçamental. Acrescenta que o orçamento participativo deve estar acessível a todos os proponentes, devendo estes apresentar uma única proposta, e a votação das propostas deverá ser efetuada apenas pelos cidadãos portadores de capacidade eleitoral na freguesia. Em suma, foi da opinião do deputado, Sr. Licinio Oliveira Alves que se deva formar uma comissão de trabalho para que as normas de funcionamento sejam elaboradas de acordo com o esforço e empenho de todos os grupos parlamentares, refletindo-se num documento mais rico que levará a um processo mais organizado. —————

————— Dada a palavra ao Presidente do Executivo da Junta, o Sr. Armando Teixeira esclareceu que o



orçamento participativo é vocacionado para a comunidade, e apresentou um resumo breve sobre a calendarização das diferentes fases do processo. Assim, entre o dia um e vinte e nove de fevereiro será a apresentação de propostas pelos proponentes. No dia vinte e nove de fevereiro será feita a primeira Assembleia participativa para apresentação de propostas, seguindo-se um período até trinta e um de março para avaliação e preparação das propostas, culminando no dia dezanove de abril, com a segunda Assembleia participativa para divulgação e votação das propostas de orçamento participativo. A liderança deste processo caberá ao executivo desta Junta, tendo oportunidade de delegar essa tarefa em outros elementos. Terminou a sua intervenção referindo que este processo e suas normas cumprem os normativos legais estabelecidos.

---

— Dando a palavra ao deputado eleito pelo PS, Sr. Virgílio Silva Ribeiro, que verbalizou o seu descontentamento perante o facto, de não ser referido em momento algum o contributo da bancada do PS para esta matéria, quando na última Assembleia de freguesia foi entregue em mão um exemplar de regulamento de orçamento participativo, de uma boa prática numa freguesia vizinha. Refere compreender a autonomia do executivo da Junta de freguesia na matéria, mas insiste que foi por iniciativa desta bancada que esta temática chegou à Assembleia de freguesia, fazendo chegar um modelo mais completo de Normas de Funcionamento de Orçamento Participativo comparativamente com o que foi apresentado pelo executivo nesta Sessão, delegando contudo a escolha mais conveniente sobre o Presidente do executivo da Junta. Refere lamentar o facto do documento que foi sujeito a aprovação não conter nenhum contributo do trabalho desenvolvido pela bancada do PS.

---

— Volvido o direito de resposta, o Presidente do executivo da Junta informa que no seu entender, não houve qualquer margem de apresentação de propostas alternativas, não reconhecendo a autoria deste instrumento de governação a bancada do PS, nem ao trabalho do executivo de Juntas de freguesias vizinhas., uma vez que este instrumento de governação se encontra prevista por lei há longa data, cabendo a este executivo fazer um esforço de conciliação entre as várias propostas que surgiram.

---

— Finda a intervenção, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia que iniciou o período de votação das normas de funcionamento do orçamento participativo, sendo este APROVADO com cinco abstenções e oito votos a favor.

---

— Após a votação, o Sr. Vitor Manuel Prata de Oliveira, Presidente da Assembleia conduziu os trabalhos para o ponto SEIS da Ordem de trabalho " Apresentação, discussão e aprovação do Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimento e Orçamento de dois mil e dezasseis" cujo teor se encontra totalmente expresso e reproduzido na íntegra na área de anexos (Anexo número quatro), usando mais uma vez a dispensa da leitura dos documento cedidos atempadamente aos membros da Assembleia de freguesia. Reunida novamente a unanimidade dos membros presentes sobre esta questão, deu de imediato a

palavra ao Presidente do executivo da Junta de Freguesia que apresentou os esclarecimentos relativos ao plano plurianual de atividades. \_\_\_\_\_

-----Tomando a palavra, o Sr. Armando Teixeira, Presidente do executivo da Junta, informou que existe um acréscimo neste orçamento de 0,03% relativamente ao orçamento do ano e dois mil e quinze, relembrando que o orçamento é uma previsão que se espera vir a ter uma boa taxa de execução. \_\_\_\_\_

-----Dando continuidade aos trabalhos coube ao Presidente da Assembleia abrir o tema à discussão dos presentes sendo que para o efeito se inscreveu o deputado eleito pelo PS, Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa. Tomada a palavra, o deputado realçou as melhorias dos documentos apresentados, estando estes mais adequados à realidade da freguesia, sem no entanto, mostrar também desagrado pelo facto de não terem sido consultados para a construção de propostas para este orçamento conforme previsto pelo Direitos de Oposição. Detalhando ao pormenor os documentos apresentados, referiu o Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa que relativamente a Despesa, prevê-se um aumento do pessoal dos quadros (rubrica 01.01.04) e do pessoal em regime de avença (rubrica 01.01.07), questionando diretamente sobre a razão para tal aumento que se encontra na Ordem dos vinte e cem por cento, respetivamente. Continuou a sua exposição questionando sobre a descida da dotação orçamental da vigilância e segurança (rubrica 02.02.18) e sobre a subida da dotação orçamental do Programa Movimento Bem-estar (rubrica 02.02.25.06). Terminou este ponto questionando em que rubrica estava contemplado o orçamento participativo. \_\_\_\_\_

-----Fazendo uso do direito de resposta, o Presidente do executivo desta Junta esclareceu que o aumento do pessoal dos quadros e do pessoal de regime de avença está relacionado com os elementos do quadro de pessoal que fora contemplado com medidas do IEFP, como por exemplo CEI's; bem como o aumento da avença para aconselhamento jurídico à freguesia. \_\_\_\_\_

----- Continuou a sua intervenção explicando, que na rubrica 02.02.18, relativa a vigilância, esta se encontrava associada ao exercício de ações de vigilância na festas das coletividades, nos mercados semanais e mensais, que são frequentemente pagos. \_\_\_\_\_

-----Relativamente a rubrica 02.02.25.06 esclareceu que este aumento se encontrava associado ao grande numero de idosos inscritos nas diferentes atividades deste programa, ao qual acresce também despesas ocorridas no âmbito do programa Matinés Dançantes e outras deslocações enquadradas nestes programas.--

-----Relativamente à questão colocada sobre o orçamento participativo, o Presidente do executivo terminou esclarecendo que esta se encontrava prevista na rubrica 06.02.03 da Receita, designada por outras. \_\_\_\_\_

-----Devolvida a palavra ao Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa, sugeriu que a rubrica Orçamento Participativo aparecesse numa única rubrica destacada, acrescentando que num orçamento de aproximadamente quatrocentos e cinquenta mil euros, em que dois mil e duzentos euros se encontrava



previsto para orçamento participativo é claramente insuficiente. \_\_\_\_\_

— Sem perder tempo, aproveitou a autorização concedida anteriormente para apresentar questões relativas à Receita presentes no documento em análise. Desta forma questionou diretamente o executivo sobre a forma arrendamento/cedência do complexo desportivo da Feira dos Dez. Continuou a sua intervenção questionando, se a verba prevista para a venda de terrenos, famílias (rubrica 09.01.10) no valor de quarenta mil euros corresponde a perspectiva de transação, e por último, questionou se a verba do plano dois mil e quinze (rubrica 10.05.01.01.01) corresponde a dois mil e dezasseis, e se tratou de um lapso ou de uma verba do ano de dois mil e quinze em atraso. \_\_\_\_\_

— Fazendo uso do direito de resposta, o Presidente do executivo desta Junta explicou que relativamente ao arrendamento do complexo desportivo da Feira dos Dez, houve uma redução significativa de procura deste espaço, estando os dados disponibilizados na rubrica e de acordo com os valores previstos e protocolados com a entidade exploradora do espaço. Destacou que a Junta se encontrava a estudar novos protocolos de exploração deste espaço. Continuou a sua explanação informando que o valor previsto na rubrica 09.01.10 – venda de terrenos, famílias, se encontram associadas ao início das obras de ampliação do cemitério, que se encontram condicionadas pelas decisões tomadas pela Direção do Lusitânia Clube Futebol e pelo diferimento de uma candidatura apresentada por este executivo. Por último, explicou que a verba apresentada na rubrica 10.05.01.01.01 é relativa ao ano de dois mil e dezasseis, tratando-se, portanto de um lapso contabilístico. \_\_\_\_\_

— Tomando mais uma vez a palavra aproveitou o deputado do partido PS, Sr. João Nuno Monteiro Silva Sousa, para apresentar o seu reparo perante a ausência do plano de atividades para o ano de dois mil e dezasseis. Acrescentou a sua intervenção, e a propósito dos planos de atividade plurianual e plano de investimentos plurianual, referindo que os mesmos não refletem uma visão de futuro para a freguesia. Detalhou que grande parte do conteúdo do plano de investimentos plurianual é uma cópia do plano de dois mil e quinze, usando a título de exemplo a requalificação do largo da igreja. Salientou ainda a imprecisão na rubrica/código 109 que no plano de atividades se refere a "diligenciar a construção do passeio pedonal" enquanto que no plano de investimentos se menciona apenas "construção", entendendo este deputado, que a dotação orçamental é bastante elevada para uma simples diligência. Finalizou, referindo que no plano de atividades plurianual não foi mencionado a Mercearia Social "Ti Lourosa", nem a horta social, questionando sobre a continuidade das mesmas no próximo ano. Por último, notou a ausência de menção da conclusão das obras do moinho. \_\_\_\_\_

— Fazendo uso do direito de resposta, tomou a palavra novamente o Presidente de executivo desta Junta, que esclareceu ao deputado que a questão levantada por este relativa a rubrica/código 109, é um preciosismo literário, realçando que o que tem importância é a intenção do executivo da Junta prever de

alguma forma o início das obras de construção do passeio pedonal. Continuou a sua intervenção dizendo que as obras de requalificação do moinho se encontram na fase final de acabamento. Terminou informando os presentes que a mercearia social e a horta social se enquadram nas atividades do fórum social de freguesia.—

——Tomou a palavra o deputado eleito pelo partido Centro Democrático Social – Partido Popular (daqui para a frente designado neste registo descritivo e literário pela sigla CDS-PP), Sr. Joaquim Pinto da Rocha, para questionar o executivo da Junta de freguesia sobre a prazo previsto para a conclusão do sintético situado no parque da cidade. Após obter concessão ao direito de resposta, informou o Presidente do executivo da Junta que as obras do sintético pertence ao Lusitânia, prestando a Junta e a Câmara o apoio necessário. Informou, ainda, que a finalização da construção dos balneários e do sintético poderá vir a ser uma realidade para o primeiro trimestre do ano de dois mil e dezasseis, desde que as condições meteorológicas sejam favoráveis.—————

——Encerrando o período de discussão do ponto SEIS da Ordem de Trabalhos, procedeu o Presidente da mesa à votação do Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimento e Orçamento de dois mil e dezasseis, sendo este APROVADO com oito votos a favor e cinco abstenções.—————

—— Concluído o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Vítor Manuel Prata de Oliveira, Presidente Assembleia conduziu os trabalhos para o ponto SETE da Ordem de Trabalhos : Apresentação, discussão e aprovação do Regulamento do Cemitério e da Capela Mortuária, cujo teor se encontra totalmente expresso e reproduzido na íntegra na área de anexos (Anexo número cinco). Começou por referir aos presentes que o documento entregue antecipadamente era extenso , motivo pelo qual questionava os membros presentes sobre a dispensa da apresentação e sua leitura, passando diretamente para a discussão. Reunido o consenso geral sobre a dispensa da apresentação, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do executivo da Junta para que prestasse os esclarecimentos que entendesse oportuno sobre a matéria em discussão. —————

——Tomando a palavra, o Presidente do executivo da Junta, Sr. Armando Teixeira, esclareceu que o documento existente é datado de mil novecentos e sessenta e nove. Continuou referindo que o atual documento introduziu sugestões feitas pelos deputados do PS (e apresentadas na última sessão ordinária), bem como o parecer jurídico, acreditando que o documento apresentado ia ao encontro da dos interesses da comunidade.—————

—— Uma vez finalizada a intervenção questionou o Sr. Presidente da Assembleia sobre os membros que tinham intenção em se inscrever para discussão. Assim em primeiro lugar surgiu o Sr. Joaquim Pinto Rocha, membro leito pelo CDS-PP e o Sr. Virgílio Silva Ribeiro, membro eleito pelo PS.—————

—— Tomando a palavra, questionou o Sr. Joaquim Rocha sobre a previsão de construção de um

crematório para a cidade, sugerida em outras ocasiões pelos elementos do partido socialista. Seguiu-se a intervenção do Sr. Virgílio Silva Ribeiro que começou por referir que teve o cuidado de comparar os documentos e verificar a melhoria de alguns aspetos, não deixando, contudo de encontrar alguns reparos, e usou como exemplo, a página dezoito do documento relativa ao regulamento do cemitério e a entrada em vigor no dia seguinte à Assembleia Ordinária, uma vez que não seria possível a publicação do regulamento em tempo útil em Diário da República. Reiterou ainda, que se o documento foi alvo de uma consulta jurídica, com certeza esta questão foi acautelada. Congratulou a existência do regulamento e terminou a sua intervenção questionando os membros do executivo da Junta sobre o resultado da consulta à população, levantada na última sessão ordinária relativamente ao regulamento da capela mortuária e cemitério. —————

———— Tomando a palavra no seu direito a resposta, o Presidente do executivo da Junta, Sr.. Armando Teixeira, esclareceu que a construção de um crematório é uma obra dispendiosa, da qual a Junta fez chegar à Câmara o seu eventual interesse de construção na cidade, sendo que o mesmo se encontra dependente do alargamento do cemitério. Esclareceu, também, que a validação do regulamento do cemitério através do Diário da República não invalida que o mesmo documento seja objeto de validação interna até publicação em órgão de referência. Por último, informou os presentes que a consulta pública foi pouco participativa, ficando o resultado aquém do esperado, no entanto, o documento apresentado hoje contempla todas as sugestões feitas pelas mais variadas entidades. —————

—— Encerrado o período de discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Sr. Presidente da mesa de Assembleia que iniciou o período de votação do Regulamento do Cemitério e da Capela Mortuária, sendo estes documentos APROVADOS com cinco abstenções e oito votos a favor. —————

—— Após apuramento da votação, o Presidente da mesa iniciou as inscrições relativas ao ponto OITO da Ordem de Trabalhos: Outros assuntos de interesse para a freguesia. Inscreveu-Se para o efeito o Sr. Januário Tiago Fontes de Sá, membro eleito pelo PSD; Sr. Joaquim Pinto da Rocha, membro eleito pelo CDS-PP ; Sr.ª Celeste Pereira Espírito Santo e Sr. Virgílio Silva Ribeiro, membros leitos pelo PS. —————

—— Após tomar a palavra, saudou protocolamente os presentes e iniciou a sua intervenção o Sr. Januário Tiago Fontes de Sá. Nesta intervenção, este membro da Assembleia falou do desejo de próximas sessões de Assembleia serem despidas de menos preciosismos a bem do entendimento democrático. Falou também, da melhoria das iluminações de Natal que se espalham pela cidade, contribuindo para a construção do espírito natalício em família. Acrescentou na sua intervenção a vigilância policial observada na estrada nacional durante esta época natalícia, o que contribuiu, na opinião deste deputado, para a diminuição do número de acidentes na cidade. Terminou desejando votos de bom ano novo a todos os membros presentes, independentemente dos aspetos divergentes que a democracia contempla. —————

—— Tomou a palavra o Sr. Joaquim Pinto Rocha para sinalizar e apelar a intervenção do executivo da Junta de freguesia em duas situações diferentes: um veículo que se encontra abandonado na rua central junto à mansão do padeiro e uma casa devoluta situada na rua João Paulo II, em frente a papelaria Pimoque que é propícia à ocorrência de comportamentos de vandalismo e de risco. Terminou a sua intervenção desejando votos de bom ano a todos os membros presentes e fez um último reparo que se passa a reproduzir na íntegra *“votar a favor de uma proposta da Junta não desvirtua a cor do partido que se representa”*, fim de citação. \_\_\_\_\_

—— Tomou a palavra o Sr. Virgílio Silva Ribeiro, que mostrou o seu agrado e a sua concordância com algumas das palavras proferidas na intervenção do Sr. Januário Tiago Fontes de Sá - no que diz respeito ao contributo de cada elemento para a melhoria dos problemas da cidade. Continuou a sua intervenção, apontando para três reparações que contribuem para o bom desempenho do executivo: um, relativo aos resíduos das podas da avenida de Lourosa que se encontravam por remover; dois, relativo a concentração de cheiros nauseabundos junto de um sarjeta na rua 25 de Abril (provavelmente pela acumulação de águas pluviais e domésticas) e três, relativa a abertura de conduta na rua dos pardais, com complicações para os transeuntes.

—— Deu a palavra o Sr. Presidente da mesa de Assembleia ao último membro inscrito pelo PS, Sr.ª Celeste Pereira Espírito Santo que iniciou a sua intervenção falando sobre o balanço que foi feito por esta, ao exercício do ano de dois mil e quinze e ao comportamento da Assembleia de freguesia. Retificou que o grupo do PS foi uma oposição ativa tomando as Assembleias mais interessantes. Relembrou que a intervenção deste grupo parlamentar contribui para melhorar o funcionamento da Assembleia, mas acima de tudo para melhorar a vida dos lourosenses. Continuou referindo que foram propostas mudanças e questões pertinentes às quais o executivo nem sempre soube responder, mas acima de tudo souberam ocupar honradamente o lugar. \_\_\_\_\_

—— Na reta final da intervenção, realçou o Sr. Presidente da Assembleia pela isenção e dedicação demonstrado no exercício do seu cargo. Salientou o trabalho do executivo por terem aguentado a pressão a que estiveram sujeitos e toda a oposição que, tentando demovê-los, não conseguiram atingir este fim. \_\_\_\_\_

—— Terminou referindo-se ao orgulho sentido por fazer parte da Assembleia e desejou a todos os presentes votos de um Bom Ano. \_\_\_\_\_

—— Para prestar esclarecimentos relativos a este ponto, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do executivo. Após tomar a palavra, o Presidente do executivo, Sr. Armando Teixeira explicou que a iluminação de natal resultou de um esforço do executivo no sentido de diminuir custos associados a esta rubrica, permitindo aos comerciantes da cidade acederem a condições de aluguer das iluminações mais interessantes, o que conduziu a uma grande adesão. Relativamente a vigilância policial da estrada nacional um, referiu que apesar das complicações existentes nesta estrada, existe uma melhoria na conduta dos condutores e transeuntes. Continuou, remetendo-se para as questões levantada pelo Sr. Joaquim Pinto

Rocha e informando que não tem a certeza sobre a participação à autoridade por parte da Junta sobre o carro abandonado, contudo, comprometeu-se a confirmar no dia útil seguinte. Relativamente a casa devoluta é do conhecimento do executivo da Junta e já foi remetida para a autoridade. Passando para as questões levantadas pelo Sr. Virgílio Silva Ribeiro, informou que os resíduos de podas foram feitos pelos madeiros, mas também, por cidadãos que tiraram proveito destes resíduos, deixando as sobras em locais impróprios. Informou que não tinha conhecimento da situação descrita na rua 25 de Abril, motivo pelo que iria averiguar e tentar retificar no dia útil seguinte. Relativamente a travessa dos pardais informou que o resultado é um mal menor, uma vez que se encontra projetado pela Camara Municipal uma intervenção abrangente com a colocação de novas condutas de maior diâmetro com claro benefício para a população. Para finalizar os esclarecimentos, remeteu-se para a intervenção da deputada Celeste Pereira Espírito Santo, e referiu que o executivo da Junta não sentiu a pressão apenas dos elementos da bancada do PS, mas também de todos e da comunidade. Aproveitou, em nome do executivo para agradecer a participação de todos os membros da Assembleia e realçar que durante o ano de dois mil e quinze foram alcançados alguns objetivos, havendo outros passíveis de serem concretizados no ano que se avizinha. Despediu-se desejando votos de boas festas e de bom ano dois mil e dezasseis.

— Antes de cessar a Ordem de Trabalhos para esta sessão ordinária, o Sr. Presidente da Assembleia desejou a todos os presentes um bom ano dois mil e dezasseis. Posto tais declarações e concluídos todos os pontos de trabalho, pelas vinte e três e quinze minutos, o Presidente da Mesa, Sr. Victor Manuel Prata de Oliveira, deu por encerrada a sessão de Assembleia de Freguesia, da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, a mesma vai ser assinada.

Presidente da Assembleia Freguesia

Victor Manuel prata Oliveira

Secretário da Assembleia de Freguesia

Mónica Dias Ferreira

Secretário da Assembleia de Freguesia

Hélder José Gomes Ferreira

